

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR
UNANIMIDADE

Sessão de 29/09/2026
A Mesa

Gabriel

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2026
ATA Nº 03

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que, na sequência da renúncia do Deputado Duarte Manuel Batoque Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Susana, iria proceder-se à tomada de posse ao cidadão Bruno Miguel Oliveira Martins.

O Deputado Bruno Miguel Oliveira Martins procedeu à leitura do respetivo Termo de Posse, tendo o Primeiro-Secretário da Mesa, Mauro Jorge Pinto Félix, efetuado a leitura da Ata da Tomada de Posse, documentos que aqui se dão como reproduzidos e transcritos, ficando os mesmos arquivados em pasta anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Gabriel Afonso Leal Geraldo, Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), João Miguel Martins Gomes de Almeida, Ana Catarina Duarte Marques (em regime de substituição), Cristiana Vargas Pereira Martins, Alexandra Isabel Batista João, Paula Cristina Faria Felicíssimo Vasques, Mauro Jorge Pinto Félix, Primeiro-Secretário da Mesa, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias, Segunda-Secretária da Mesa, Elsa Margarida Gonçalves Pedro, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Miguel Ângelo da Silva Pereira Espada, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ana Stephanie Vieira Serrinha Dauteuille, José Miguel Ramos Raimundo Pereira Guerreiro, Vanessa Carina Narciso da Silva (em regime de substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do Sal - Santiago), Maria Elvira Matias Carraça de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do Sal - Santa Maria do Castelo, Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Cesário José Barata Severino, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho e Bruno Miguel de Oliveira Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Susana.

Compareceram também, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores, António José Freitas Grilo, Vice-Presidente, Mário Alberto Martins Caixas e Ana Margarida Fura Morgado.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Nuno Gonçalo Mendes Silva Baião, Manuel Vítor Nunes de Jesus e Duarte Manuel Roberto Dimas, tendo os mesmos apresentado justificação, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e trinta e quatro minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período da ordem do dia:

Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

De seguida procedeu-se à análise e votação da Ata:

- **Aprovação da Ata n.º 02 da sessão ordinária realizada em 30 de abril de 2026.**

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a Ata a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa a **Moção “Pela defesa dos valores do 25 de Abril e do 1º de Maio”**, apresentada pela Deputada do CHEGA e o **“Voto de Saudação pelo Chumbo do Pacote”**, apresentado pela Bancada da CDU.

A **Moção “Pela defesa dos valores do 25 de Abril e do 1º de Maio”**, foi lida pela Deputada Margarida Pedro, dando-se a mesma por reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da qual faz parte integrante.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

A Moção foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 7 votos contra da CDU e 1 voto a favor do CHEGA.

O **“Voto de Saudação pelo Chumbo do Pacote”**, foi lido pelo Deputado José Guerreiro, dando-se o mesmo por reproduzido e transcrito, ficando anexa à presente ata, da qual faz parte integrante.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Voto de Saudação a votação.

O Voto de Saudação foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor do PS, 1 abstenção do Deputado Cesário Severino, 7 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do CHEGA.

69 **Interpelação ao Executivo:**

70 O Deputado Hélder Moutinho felicitou o Executivo Municipal pela realização da Feira Quinhentista,
71 salientando que a iniciativa correspondeu às expectativas da população, contribuiu para a
72 dinamização do comércio local e atraiu um elevado número de visitantes à vila. Agradeceu
73 igualmente a disponibilização do transporte semanal gratuito para a praia destinado aos habitantes
74 do Torrão, considerando tratar-se de uma medida importante para a freguesia. Concluiu
75 manifestando o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Executivo em benefício do
76 concelho e da população do Torrão.

77
78 O Deputado Jacinto Vinagre questionou o Executivo sobre as medidas previstas para melhorar as
79 ligações de transporte público ao Hospital do Litoral Alentejano, atendendo às dificuldades
80 atualmente sentidas pela população. Solicitou igualmente esclarecimentos sobre as iniciativas que
81 o Município pretende desenvolver, junto das entidades competentes, com vista ao regresso da
82 circulação e paragem de comboios de passageiros em Alcácer do Sal.

83
84 A Deputada Cristiana Vargas solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação da requalificação
85 da Escola dos Telheiros, questionando se a sua abertura ocorrerá no próximo ano letivo e, caso
86 contrário, quais os motivos do atraso. Solicitou igualmente informação sobre o estado dos projetos
87 de requalificação das escolas básicas Bernardim Ribeiro e Pedro Nunes, designadamente quanto à
88 existência de projetos, financiamento e previsão para a realização das respetivas intervenções.

89
90 O Deputado João Almeida solicitou informações sobre o ponto de situação do processo de
91 reabertura das piscinas cobertas municipais e as perspetivas para a sua entrada em
92 funcionamento. Congratulou o Executivo pela realização da PIMEL, destacando o seu impacto na
93 recuperação da normalidade após as inundações e o sucesso da iniciativa. Por último, pediu
94 esclarecimentos sobre as alterações introduzidas na organização das Ruas de São João,
95 designadamente quanto à opção de envolver as juntas de freguesia e voluntários na decoração das
96 ruas, em substituição do modelo anteriormente adotado.

97
98 O Presidente da Assembleia informou que se encontravam ainda inscritas duas intervenções e
99 propôs que o Executivo respondesse, às questões colocadas na primeira ronda, procedendo-se
100 posteriormente a uma segunda ronda de intervenções.

101 Não havendo oposição à proposta, solicitou à Presidente da Câmara que respondesse às questões
102 inicialmente colocadas.

103

104 Em resposta às questões colocadas pelos Deputados, a Presidente da Câmara esclareceu que a
105 realização da Feira Quinhentista constituiu um compromisso do Executivo, destacando o sucesso
106 da iniciativa, o impacto positivo na dinamização económica da vila do Torrão e a intenção de
107 assegurar a sua continuidade.

108 Informou igualmente que o Município alargou o transporte gratuito para as praias, incluindo Troia, e
109 manifestou o compromisso de continuar a expandir este serviço às restantes freguesias, em
110 articulação com a CIMAL.

111 Relativamente aos transportes para o Hospital do Litoral Alentejano, referiu que a principal
112 dificuldade reside no atual percurso e horários do serviço, defendendo a criação de uma ligação
113 direta entre Alcácer do Sal, a Comporta e o hospital, posição que continuará a ser apresentada
114 junto do operador.

115 Quanto ao regresso da circulação ferroviária de passageiros, reafirmou que o Município continuará
116 a diligenciar junto das entidades competentes para encontrar uma solução que permita
117 restabelecer este serviço.

118 Sobre a Escola dos Telheiros, informou que a obra iniciou em 2017 e ainda não foi entregue ao
119 Município, subsistindo dúvidas quanto à sua abertura no próximo ano letivo. Acrescentou que serão
120 oportunamente divulgados mais esclarecimentos sobre o estado da empreitada.

121 No que respeita às escolas Bernardim Ribeiro e Pedro Nunes, esclareceu que ambas integram o
122 conjunto de estabelecimentos prioritários para requalificação, encontrando-se em curso os
123 procedimentos necessários para avançar com a candidatura da Escola Bernardim Ribeiro aos
124 apoios disponíveis.

125 Relativamente às piscinas cobertas e à PIMEL, a Presidente da Câmara informou que cedeu a
126 palavra ao Vereador António Grilo para prestar os esclarecimentos considerados adequados sobre
127 essas matérias.

128

129 Em resposta às questões colocadas, o Vereador António Grilo informou que a piscina coberta de
130 Alcácer do Sal se encontrava inoperacional, tendo sido resolvido um dos problemas existentes,
131 embora tenha, entretanto, sido identificada uma nova anomalia técnica que exige intervenção
132 adicional. Referiu que a reabertura está prevista para antes do período habitual de funcionamento
133 no outono. Informou igualmente que a piscina do Torrão foi recuperada e encontra-se preparada
134 para reabrir ao público.

135 Relativamente às Ruas de São João, explicou que o modelo de organização foi alterado,
136 privilegiando o envolvimento das juntas de freguesia e das comunidades locais, o que permitiu

137 alargar a iniciativa a todo o concelho e reforçar a participação da população. Acrescentou que o
138 projeto será preparado com maior antecedência nas próximas edições, de forma a potenciar os
139 seus resultados.

140
141 A Presidente da Câmara, relativamente à PIMEL, destacou que a realização do certame constituiu
142 uma prioridade do Executivo, apesar das dificuldades decorrentes das inundações. Salientou o
143 sucesso da iniciativa, a elevada participação do público, a promoção dos produtos locais e o
144 contributo do evento para a recuperação da normalidade no concelho. Agradeceu o empenho dos
145 trabalhadores municipais, parceiros e patrocinadores envolvidos na organização, destacando
146 igualmente o êxito do colóquio dedicado ao mel e à sustentabilidade agrícola, bem como a
147 presença de representantes do Governo e de outras entidades na inauguração do certame.
148 Concluiu reafirmando o compromisso do Executivo em prosseguir o trabalho de recuperação do
149 concelho, sem deixar de promover iniciativas de dinamização económica e social.

150
151 O Presidente da Assembleia informou que se iniciaria uma segunda ronda de inscrições e solicitou
152 aos Deputados que confirmassem as inscrições já efetuadas e que procedessem a novas
153 inscrições, caso pretendessem intervir nesta segunda ronda.

154
155 O Deputado Miguel Espada solicitou ao Executivo um ponto de situação sobre a manutenção dos
156 espaços verdes do concelho, reconhecendo o esforço que os serviços municipais têm vindo a
157 desenvolver para regularizar as intervenções necessárias.

158
159 O Deputado Cesário Severino abordou a situação da gestão de resíduos na freguesia da
160 Comporta, considerando que os problemas atualmente verificados resultam da insuficiência de
161 investimento e de planeamento ao longo dos últimos anos. Referiu constrangimentos relacionados
162 com o envelhecimento dos equipamentos, a insuficiência de contentores, as avarias nas viaturas
163 de recolha e a deficiente lavagem dos contentores, defendendo que estes fatores comprometem a
164 qualidade do serviço prestado. Chamou ainda a atenção para a necessidade de reforçar a recolha
165 de resíduos indiferenciados durante a época alta, face ao significativo aumento da população na
166 Comporta, sustentando que os meios atualmente disponíveis são insuficientes para responder às
167 necessidades da freguesia. Concluiu defendendo uma estratégia de investimento e planeamento
168 adequada à importância turística e económica da Comporta, de forma a assegurar um serviço de
169 gestão de resíduos compatível com a realidade do território.

O Deputado Manuel Farrombão manifestou concordância parcial com a intervenção anterior, considerando que a responsabilidade pelos ecopontos e respetiva manutenção cabe à Ambilital, pelo que entendeu não ser correto imputar essa responsabilidade aos sucessivos executivos municipais. Referiu ainda que, durante o período em que exerceu funções na área da recolha de resíduos, foram adquiridas novas viaturas para o serviço, embora reconhecesse a existência de avarias. Relativamente à lavagem dos contentores, manifestou preocupação com a ausência dessa intervenção nos últimos meses, referindo tratar-se de uma situação que também tem originado reclamações na sua freguesia e defendendo a necessidade de assegurar uma limpeza regular dos equipamentos.

O Deputado João Almeida referiu que as respostas prestadas pelo Executivo evidenciam a existência de diversos problemas em equipamentos municipais, designadamente relacionados com a manutenção e execução de obras. Apontou como exemplos a demora na conclusão da Escola dos Telheiros, as questões identificadas na sua requalificação, a necessidade de intervenção nas piscinas municipais e outras situações verificadas em edifícios públicos. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a necessidade da permanência de um autotanque no Parque Urbano durante a realização da PIMEL, considerando importante conhecer as razões dessa situação.

O Deputado Cesário Severino esclareceu que as preocupações anteriormente manifestadas respeitavam aos resíduos urbanos indiferenciados, cuja recolha é da responsabilidade da Câmara Municipal, e não aos resíduos recicláveis ou aos ecopontos.

O Presidente da Mesa agradeceu o esclarecimento prestado e apelou para que não se estabelecessem diálogos entre os intervenientes, de forma a assegurar o normal decorrer dos trabalhos.

Em resposta às questões colocadas, a Presidente da Câmara esclareceu que os atrasos na manutenção dos espaços verdes resultaram da afetação dos trabalhadores municipais às operações de limpeza e remoção de resíduos na sequência das inundações, encontrando-se os serviços a recuperar gradualmente a manutenção dos jardins, sistemas de rega, relvados e restantes espaços públicos. Acrescentou que os procedimentos concursais habitualmente lançados no início do ano para apoio à manutenção dos espaços verdes e limpeza urbana foram adiados devido à situação de calamidade.

204 Relativamente à gestão de resíduos, reconheceu que a situação na freguesia da Comporta é
205 particularmente exigente durante a época alta, devido ao significativo aumento da população,
206 informando que o Município lançou um procedimento para assegurar a recolha diária de resíduos
207 indiferenciados durante os meses de verão, bem como um reforço da limpeza urbana e do corte de
208 ervas. Informou ainda que foi lançado concurso para a lavagem e desinfeção dos contentores por
209 empresa especializada, prevendo-se a realização de duas intervenções até ao final do ano e,
210 futuramente, uma periodicidade trimestral. Referiu igualmente a necessidade de reforçar a
211 articulação com a Ambilital na gestão dos resíduos recicláveis e informou que o Município teve
212 ainda de substituir diversos contentores perdidos nas inundações.

213 Quanto à questão colocada sobre o Parque de Feiras, esclareceu que a presença de um limpa-
214 fossas durante a realização da PIMEL e de outros eventos resulta da inexistência de uma estação
215 elevatória operacional que permita encaminhar os efluentes, situação que implica o recurso
216 temporário a esse equipamento até que seja encontrada uma solução definitiva.

217

218 **Intervenções do Público:**

219 A munícipe Maria de Fátima Penas manifestou a sua discordância relativamente à concentração de
220 todas as turmas do 1.º ciclo na Escola dos Telheiros, considerando que a localização do
221 estabelecimento dificulta o acesso para muitas famílias, sobretudo para avós e outros familiares
222 que acompanham diariamente as crianças. Referiu ainda que a distância aos equipamentos
223 desportivos e a necessidade de deslocações adicionais poderão constituir inconvenientes para os
224 alunos e para o funcionamento das atividades escolares. Nesse contexto, sugeriu que fosse
225 ponderada, em articulação com o Agrupamento de Escolas, a manutenção de pelo menos uma
226 turma do 1.º ciclo na zona alta da cidade, de forma a oferecer uma alternativa às famílias que aí
227 residem e facilitar o acesso das crianças à escola.

228

229 O munícipe Eduardo Costa manifestou o seu reconhecimento e agradecimento a todas as
230 entidades, coletividades, trabalhadores, voluntários e cidadãos que colaboraram nas operações de
231 recuperação do concelho na sequência das inundações, enaltecendo o espírito de solidariedade
232 demonstrado. Apresentou ainda a sugestão de que o Município promova ações de informação,
233 sensibilização e formação dirigidas à população, às escolas, empresas e demais entidades, com
234 vista ao reforço da preparação para situações de emergência e de proteção civil, designadamente
235 no que respeita à atuação em caso de calamidade e à adoção de medidas de autoproteção.

236

A munícipe Inês Coimbra solicitou esclarecimentos sobre a organização prevista para o funcionamento das escolas do 1.º ciclo após a conclusão das obras da Escola dos Telheiros. Referiu que, de acordo com a informação de que dispõe, está prevista a distribuição dos alunos entre a Escola dos Telheiros e a Escola Pedro Nunes, em função da área de residência, tendo solicitado à Presidente da Câmara a confirmação dessa solução.

O Presidente da Assembleia Municipal associou-se às palavras de reconhecimento dirigidas a todos os trabalhadores municipais, voluntários, associações e restantes entidades que contribuíram para a recuperação do concelho na sequência das inundações, estendendo esse agradecimento ao Executivo Municipal pelo trabalho desenvolvido.

Manifestou ainda concordância com a necessidade de reforçar as ações de informação, sensibilização e formação da população para situações de emergência e de proteção civil, designadamente no contexto das alterações climáticas e de outros riscos naturais, comprometendo-se a colaborar, no âmbito das suas competências e em articulação com os diversos grupos municipais e o Executivo, na promoção dessas iniciativas.

Em resposta às intervenções do público, a Presidente da Câmara esclareceu que a Escola dos Telheiros não terá capacidade para acolher todas as turmas do 1.º ciclo, mantendo-se algumas na Escola Pedro Nunes. Informou que a definição da distribuição das turmas será efetuada em articulação com o Agrupamento de Escolas, após a conclusão e entrega da empreitada ao Município. Referiu ainda que o funcionamento da nova organização escolar implicará a manutenção de quatro cantinas em funcionamento na cidade, o reforço de recursos humanos e a continuidade do transporte dos alunos para atividades realizadas fora do recinto escolar, designadamente nas piscinas e no pavilhão desportivo.

Relativamente às intervenções sobre a resposta às situações de emergência, agradeceu o reconhecimento manifestado à população, trabalhadores, voluntários, associações e restantes entidades que colaboraram na recuperação do concelho após as inundações. Informou que a realização de ações de sensibilização e simulacros em contexto escolar já foi abordada no Conselho Municipal de Educação, considerando que essas iniciativas deverão ser desenvolvidas em articulação entre os estabelecimentos de ensino e o Serviço Municipal de Proteção Civil. Acrescentou que o Município dispõe atualmente de uma estrutura de Proteção Civil reforçada, reunindo condições para dar continuidade a este trabalho.

270 O Vereador António Grilo sublinhou a importância de reforçar a preparação das entidades de
271 proteção civil para responder a situações de emergência, designadamente relacionadas com a
272 atividade sísmica, considerando essencial o desenvolvimento de ações de planeamento, treino e
273 capacitação das estruturas competentes, a par da sensibilização da população.

274 Relativamente à Escola dos Telheiros, referiu que a empreitada sofreu um significativo aumento de
275 custos face ao valor inicialmente previsto e que a sua concretização implicará um acréscimo
276 permanente de encargos de funcionamento para o Município, nomeadamente ao nível de recursos
277 humanos, manutenção e serviços de apoio. Defendeu, por isso, a necessidade de assegurar uma
278 gestão sustentável dos investimentos municipais, ponderando os custos futuros de exploração e
279 manutenção dos equipamentos públicos. Acrescentou ainda que o atual Executivo enfrenta
280 diversas necessidades de investimento na recuperação e manutenção de infraestruturas
281 municipais, apontando como exemplo a intervenção necessária no galeão.

282

283 Não havendo mais intervenções por parte do público presente, o Presidente da Assembleia deu por
284 encerrado o período destinado à intervenção do público, passando-se de seguida à apreciação dos
285 assuntos constantes da Ordem do Dia.

286

287 **Substituição / Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho**
288 **Municipal de Educação (alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de**
289 **janeiro);**

290 Foi distribuído um boletim de voto, contendo o nome os seis Presidentes das Juntas de Freguesia,
291 tendo a votação sido realizada por escrutínio secreto, com a participação de 21 votantes.

292 O resultado da votação foi o seguinte:

293 - 14 votos na Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo);

294 - 7 votos em branco.

295 **Foi eleita, Maria Elvira Matias Carraça de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do**
296 **Sal (Santa Maria do Castelo).**

297

298 **Substituição / Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho**
299 **Cinegético Municipal;**

300 Foi distribuído um boletim de voto, contendo o nome os seis Presidentes das Juntas de Freguesia,
301 tendo a votação sido efetuada por escrutínio secreto, com a participação de 21 votantes.

302 O resultado da votação foi o seguinte:

303 - 21 votos no Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Foi eleito, Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Designação/recondução das cidadãs eleitoras para integração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcácer do Sal, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual;

O Presidente da Assembleia informou que o ponto 3 se referia à designação/recondução de cidadãs eleitoras para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcácer do Sal (CPCJ). Esclareceu que, nos termos da legislação aplicável, a Comissão é integrada por quatro representantes da Assembleia Municipal, eleitos pela mesma, encontrando-se em causa a recondução das cidadãs eleitoras Marina Perna e Elsa Goucha, cujos mandatos haviam terminado. Mais informou que Marina Perna concluíra o primeiro mandato e Elsa Goucha o segundo mandato, podendo, nos termos da legislação em vigor, as cidadãs eleitoras exercer até três mandatos, num período máximo de nove anos. Tendo ambas sido contactadas, manifestaram a sua disponibilidade e vontade de continuar a integrar a Comissão.

O Presidente da Assembleia colocou a votação uma lista única, efetuada por escrutínio secreto, com a participação de 21 votantes.

O resultado da votação foi o seguinte:

– Lista “A” - 21 votos.

Foram eleitas, por unanimidade, a Sr.ª Elsa Emanuel dos Mártires Goucha e Sr.ª Marina Isabel Martins dos Mártires Perna.

Feita a introdução da proposta referente à 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, por parte da Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

A Proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 7 abstenções da CDU e 1 abstenção do CHEGA.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Feita a introdução da proposta referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2027, por parte do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

Intervenções:

O Deputado João Almeida manifestou o apoio da bancada do Partido Socialista, saudando a medida de discriminação positiva dos agregados familiares na taxa de IMI. Considerou que, apesar

de o Município já aplicar a taxa mínima prevista na lei, esta medida constitui um incentivo relevante para apoiar as famílias e contribuir para a inversão da perda de população registada no concelho. Referiu ainda que a diminuição demográfica tem sido uma preocupação do Partido Socialista e salientou que esta proposta demonstra o compromisso do atual Executivo em adotar medidas concretas, no âmbito das suas competências, para enfrentar esse desafio.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Feita a introdução da proposta referente à participação variável no IRS a vigorar no ano de 2027, por parte da Presidente e do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

Intervenções:

O Deputado João Almeida manifestou o apoio da bancada do Partido Socialista à proposta de devolução da participação variável no IRS aos contribuintes do concelho. Referiu que esta matéria foi amplamente debatida em anos anteriores e salientou que se trata da devolução de uma parcela do imposto aos munícipes, em função dos respetivos rendimentos. Destacou ainda a coerência do atual Executivo ao concretizar uma medida que anteriormente havia defendido, saudando a apresentação da proposta.

O Vereador António Grilo salientou que a devolução da participação variável no IRS beneficiará não só as famílias, mas também diversos agentes económicos do concelho que exercem atividade como empresários em nome individual. Considerou que a medida poderá reforçar o rendimento disponível, incentivar o consumo e contribuir para a realização de investimento por parte destes empresários.

A Proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 7 votos contra da CDU e 1 voto a favor do CHEGA.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

O Deputado Ricardo Campos procedeu à leitura de uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Feita a introdução da proposta referente ao lançamento da Derrama para 2027, por parte do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Feita a introdução da proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - ano de 2027, por parte do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

Feita a introdução da proposta referente à 1.^a revisão ao Orçamento de 2026 e restantes documentos previsionais, por parte do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

Intervenções:

O Deputado João Almeida salientou a complexidade da gestão orçamental, considerando particularmente exigente a adaptação de um orçamento elaborado pelo anterior Executivo às prioridades do atual, bem como a necessidade de responder aos prejuízos provocados pelas cheias. Manifestou concordância com a afetação de parte do saldo de gerência à recuperação de infraestruturas danificadas, considerando tratar-se de uma opção adequada às necessidades mais urgentes do concelho. Destacou igualmente o reforço dos apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social e associações, solicitando esclarecimentos sobre a forma como esses apoios serão concretizados.

O Deputado referiu ainda a necessidade de investimento na requalificação do posto da GNR e na recuperação de um galeão do sal, considerando que estas situações evidenciam a falta de manutenção do património e de equipamentos municipais ao longo dos anteriores mandatos. Concluiu afirmando que o atual Executivo se encontra a enfrentar problemas herdados de anteriores executivos, enquanto prossegue a implementação das suas opções políticas na gestão municipal.

O Deputado Miguel Espada solicitou esclarecimentos sobre o reforço da verba destinada à empreitada de requalificação da estrada de Casebres, referindo que a obra havia sido orçamentada

406 e adjudicada pelo anterior Executivo e questionando os motivos que justificam o significativo
407 aumento do respetivo valor.

408
409 A Presidente da Câmara, em resposta às questões colocadas, esclareceu que o posto da GNR de
410 Alcácer do Sal é propriedade municipal e que não foi alvo de intervenções de requalificação nos
411 últimos anos, ao contrário do posto da GNR do Torrão, cuja reabilitação resultou de diligências
412 junto do Ministério da Administração Interna. Informou que o Executivo pretende proceder, com
413 carácter prioritário, à reabilitação das instalações do posto da GNR de Alcácer do Sal, de forma a
414 garantir melhores condições para o funcionamento daquela força de segurança.

415 Relativamente ao galeão do sal «Amendoeira», salientou o seu valor histórico e patrimonial para o
416 concelho, referindo que o Executivo pretende promover a sua recuperação. Acrescentou que,
417 durante o mandato anterior, foram apresentadas propostas de alienação da embarcação, às quais
418 se opôs, por considerar que o galeão constitui um património de relevante interesse para o
419 município.

420
421 O Vereador António Grilo, em resposta às questões colocadas, esclareceu que o Executivo
422 pretende reforçar gradualmente os apoios financeiros às corporações de bombeiros, através da
423 revisão dos protocolos em vigor, com efeitos ainda durante o presente ano, bem como reforçar as
424 dotações atribuídas às juntas de freguesia, de forma a adequar os recursos às respetivas
425 competências.

426 Relativamente às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e ao movimento
427 associativo, informou que o reforço previsto incidirá sobretudo no apoio ao investimento, com vista
428 à melhoria das infraestruturas e das condições de funcionamento das entidades.

429 Quanto ao galeão do sal «Amendoeira», explicou que a embarcação se encontra em avançado
430 estado de degradação, exigindo intervenções urgentes para evitar a sua perda definitiva. Referiu
431 que está prevista a sua remoção para estaleiro, embora subsistam incertezas quanto às condições
432 em que essa operação poderá ser realizada, reiterando o compromisso do Executivo com a
433 preservação deste património histórico do concelho.

434 Relativamente à empreitada de requalificação da estrada de Casebres, esclareceu que, na
435 sequência de avaliação técnica, se concluiu que a solução inicialmente prevista não assegurava a
436 durabilidade necessária da intervenção. Assim, foi proposto um reforço da dotação financeira, de
437 forma a permitir uma obra estruturalmente mais adequada e duradoura, reconhecendo, contudo,
438 que a execução integral da empreitada até ao final do ano dependerá da evolução dos trabalhos.

439 A Proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 7 abstenções da CDU e 1
440 abstenção do CHEGA.

441 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
442 à presente ata, dela fazendo parte integrante.

443
444 Após o Deputado Jacinto Vinagre ter pedido a palavra, o Presidente da Assembleia esclareceu
445 que, nos termos do Regimento, as intervenções deveriam ser efetuadas no respetivo período de
446 discussão, não podendo ser utilizadas as declarações de voto para responder ou intervir sobre
447 questões que não estivessem diretamente relacionadas com o sentido do voto.

448 Concedeu, contudo, a palavra ao Deputado Jacinto Vinagre para que efetuasse a declaração de
449 voto da Bancada da CDU, exclusivamente quanto ao sentido do voto.

450 O Deputado Jacinto Vinagre declarou que a Bancada da CDU se havia abtido por não concordar
451 com a maioria das matérias constantes da revisão do orçamento. Acrescentou, contudo, que,
452 considerando a necessidade de realização de alguns investimentos destinados à resolução de
453 problemas existentes no concelho, a bancada entendeu não inviabilizar a revisão orçamental,
454 optando, por esse motivo, pela abstenção.

455 O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e reiterou a necessidade de cumprimento
456 das regras regimentais relativamente às intervenções e às declarações de voto, dando por
457 encerrada a discussão do assunto.

458

459 Feita a introdução da proposta referente à Prestação de Contas de 2025, por parte do Vereador
460 António Grilo, foi posta à discussão para análise e votação.

461 Intervenções:

462 O Deputado João Almeida lamentou a reduzida participação da bancada da CDU no debate das
463 propostas apreciadas, manifestando o desejo de que, em futuras reuniões, todas as bancadas
464 intervenham de forma mais ativa e em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal.

465

466 O Presidente da Assembleia reafirmou o compromisso de assegurar a todos os Deputados o direito
467 de intervir nos momentos previstos pelo Regimento, promovendo um debate democrático, plural e
468 respeitador das regras de funcionamento da Assembleia.

469 Sublinhou a importância da participação cívica e da livre troca de ideias entre as diferentes
470 bancadas, referindo que a condução dos trabalhos continuará a garantir igualdade de tratamento a
471 todos os membros da Assembleia. Recordou ainda anteriores práticas de limitação do tempo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

intervenção, salientando que a atual condução dos trabalhos privilegia uma participação mais ampla, dentro do cumprimento das normas regimentais.

Antes de prosseguir para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, informou que concederia a palavra a quem pretendesse ainda intervir, nos termos regimentais.

O Deputado Manuel Farrombão manifestou que a bancada da CDU pretende participar de forma construtiva no debate político, defendendo que as intervenções da Assembleia Municipal devem centrar-se nas questões relevantes para o futuro do concelho. Referiu ainda que não considera útil que o debate incida na responsabilização por opções de anteriores Executivos, reiterando a disponibilidade para contribuir para a discussão das matérias de interesse municipal.

A Proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 7 votos a favor da CDU e 1 abstenção do CHEGA.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

A Minuta da Ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.

À presente sessão corresponde à gravação n.º 03/2026, arquivada nos serviços da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e nove de junho do ano dois mil e vinte e seis. Eu, Nuno Manuel Carvalho, e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, Assistentes Técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos conjuntamente com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

Os Assistentes Técnicos



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

Assembleia Municipal

TERMO DE POSSE

“Eu, Bruno Miguel de Oliveira Martins, abaixo-assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

O Membro da Assembleia Municipal

Bruno Martins

O Presidente da Assembleia Municipal,

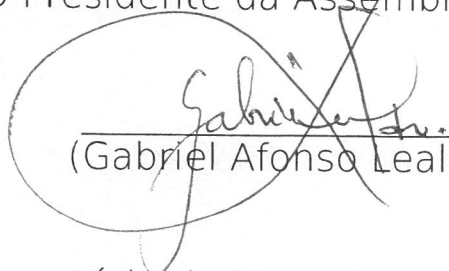
Jorge da Silva

Alcácer do Sal, 29 de junho de 2026

Ata de Tomada de Posse do
Deputado Bruno Miguel de Oliveira Martins

Aos vinte e nove dias do mês de junho do presente ano de 2026, perante o Presidente da Assembleia Municipal foi Bruno Miguel de Oliveira Martins, empossado, como Deputado Municipal, em substituição de Duarte Manuel Batoque Florêncio que renunciou ao mandato, após verificação da identidade e legitimidade do empossado.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Gabriel Afonso Leal Geraldo)

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,



(Mauro Jorge Pinto Félix)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE

ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADA POR 14 VOTOS
COM 7 VOTOS CONTRA
DA PSD.

29.06/2026
Sessão de
Junho

Gabriel

MOÇÃO

Pela defesa dos valores do 25 de Abril e do 1º de Maio

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal – Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2026

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Exmos. Srs. Secretários da Mesa

Exmos., Srs. Vereadores e assessores desta Assembleia

Caros Colegas deputados municipais e público presente,

O 25 de Abril de 1974 marcou a transição histórica de Portugal de um **regime autoritário para um regime democrático**. Com ele nasceram liberdades fundamentais — de expressão, de pensamento, de iniciativa económica — que constituem a base de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Mas importa afirmar com clareza: a liberdade, por si só, não basta. Sem responsabilidade individual, a liberdade esvazia-se e deixa de servir o bem comum. A democracia exige cidadãos livres, mas também conscientes, responsáveis e comprometidos.

Já desde a antiga civilização grega que se percebeu que a democracia não é apenas um sistema político — **é uma cultura de responsabilidade colectiva**, onde se inserem os princípios de cidadania e de equilíbrio de poderes que moldam o **pensamento político ocidental**. E é precisamente por isso que a democracia não pertence a grupos, facções ou ideologias. Não é propriedade de ninguém. **É de todos e deve servir todos sem excepções**. Foi por esta ideia que Portugal esperou durante 48 longos anos, o regime autoritário do **Estado Novo** sufocou a palavra liberdade, diminuiu as consciências e fez da liberdade um crime.

No dia 25 de Abril de 1974, o povo redescobriu que a liberdade não é uma dádiva dos poderosos: **é uma conquista dos povos**. Mas importa dizê-lo com toda a clareza: a liberdade conquistada no 25 de Abril quase não sobreviveu ao 25 de Abril.

Não adianta falar do 25 de Abril de 1974 sem mencionar do 25 de Novembro de 1975, pois o tal regime das liberdades esteve ameaçado de se concretizar. Após o 25 de Abril de 1974, o país entrou no conturbado período conhecido como *Processo Revolucionário em Curso* (PREC) marcado por forte instabilidade política, social e militar. Com a disputa intensa entre diferentes correntes ideológicas, principalmente de grupos mais radicais que pretendiam orientar o país para um **modelo revolucionário de inspiração marxista**. Não podemos esquecer as atrocidades durante o PREC, tais como ocupações ilegais e expropriações forçadas, perseguições políticas e saneamentos, prisões arbitrárias e detenções ilegais sem fundamento jurídico e um clima generalizado de intimidação.



Foi no 25 de Novembro que se afirmou a via moderada e democrática. A História não pode ser reescrita ao sabor de determinados interesses, por isso entendemos que momentos como o 25 de Novembro são vistos como fundamentais, ajudaram a consolidar um sistema onde a liberdade tem de coexistir com legalidade, responsabilidade e garantias individuais. Por isso o 25 de Novembro deve ser entendido como complementar ao 25 de Abril - **este garantiu a liberdade** - o outro **assegurou que essa liberdade não seria capturada nem destruída.**

Contudo, **mais de 50 anos depois**, é legítimo reconhecer que muitos dos ideais proclamados continuam por cumprir. Em alguns casos, assistimos à apropriação do sistema democrático por interesses instalados, perpetuando privilégios que deveriam ter desaparecido com o regime anterior. Apesar de muitos direitos estarem consagrados na Constituição, ainda há um longo caminho a percorrer. Quando a justiça falha, quando cresce a percepção de impunidade perante comportamentos eticamente, moralmente e juridicamente condenáveis, enfraquece-se a confiança nas instituições e descredibiliza-se a classe política e os órgãos que têm nas mãos o destino colectivo.

A democracia é uma construção contínua. Exige vigilância, exige exigência e exige responsabilidade.

Responsabilidade também é o que exigimos na comemoração do dia 1º de Maio – Dia do Trabalhador.

Há mais de 130 anos, nasceu o Dia do Trabalhador, e foi justo, foi necessário e foi histórico.

Os direitos conquistados ao longo do século XX — a jornada de 8 horas, o salário mínimo, a protecção na doença e no desemprego, a segurança no trabalho — **são conquistas irrenunciáveis.**

Mas estamos no **século XXI** e exige que tenhamos a coragem intelectual de olhar para a realidade como ela é, e não como gostaríamos que fosse. O mundo mudou. A economia mudou, é global. As empresas mudaram e, o trabalhador — **que no 1º de Maio comemoramos** — também mudou.

O trabalhador do **século XXI**, já não é apenas aquele que presta a sua força física ou o seu tempo em troca de um salário. É aquele que coloca ao serviço da sua região, o seu conhecimento, a sua criatividade, a sua capacidade de resolver problemas, a sua inteligência. É aquele que não se limita a cumprir horários, mas que se envolve, que propõe, que se co-responsabiliza.

E neste novo paradigma, o conceito de luta de classes — esse espectro do século XIX — revela-se não apenas obsoleto, mas contraproducente. É medieval na sua lógica. É inadequado à realidade das relações laborais que o presente exige e que o futuro vai necessitar.



Porque hoje, um trabalhador que não se sente parte do projecto da região ou empresa onde trabalha é um trabalhador que produz menos, que inova menos, que cresce menos. E numa região ou empresa cujos trabalhadores são tratados como adversários, como um custo a minimizar, é uma região ou empresa condenada à mediocridade e subdesenvolvimento. A lógica do conflito permanente esgotou-se. A premissa do futuro é outra: **parceria, responsabilidade partilhada e confiança mútua.**

Mas esta nova relação laboral exige muito dos dois lados:

- **Aos trabalhadores**, exige-se mais competência, mais formação contínua, mais envolvimento genuíno nos destinos das autarquias ou empresas onde trabalham. Exige-se que deixem de ser meros executores e passem a ser co-criadores.
- **Aos empregadores**, autárquicos ou empresas, exige-se igualmente mais. Mais estratégia, mais planeamento, mais transparência na gestão. Se pedimos comprometimento aos trabalhadores, temos de oferecer em troca reconhecimento, participação e condições de crescimento.

É aqui que importa reconhecer uma realidade frequentemente esquecida nos discursos do 1 de Maio: **o empregador também é um trabalhador**, com uma diferença — no sector privado é aquele que arrisca o seu capital, que suporta a incerteza, que garante os salários ao fim do mês mesmo quando o mercado falha. O "*patrão*", palavra tantas vezes usada como um insulto, é também um trabalhador. Um trabalhador que carrega um risco que os outros não carregam. Já nas autarquias, o empregador é o guardião dos dinheiros públicos.

Reconhecer isto não é trair os trabalhadores. É honrá-los, porque são eles os primeiros beneficiários de autarquias e empresas sólidas, bem geridas e prósperas.

Falemos agora de números porque estes são a linguagem da realidade, em 2024, o PIB per capita de Portugal, expresso em paridade de poder de compra, situava-se em 82% da média da União Europeia — colocando o nosso país no 18.º lugar da tabela europeia. No topo, o Luxemburgo com 241%, seguido da Irlanda com 211% e da Dinamarca com 128%.

SOMOS UM PAÍS QUE TRABALHA MUITO E QUE RECEBE POUCO PELO SEU TRABALHO. ESTA É A VERDADE NUA E CRUA !

O que países como a Dinamarca, a Suécia, os Países Baixos, a Alemanha, a Áustria, têm em comum? **Têm uma Legislação laboral moderna, flexível e inteligente.** Modelos que equilibram a segurança do trabalhador com a liberdade das organizações do poder local e das empresas para se adaptarem às mudanças dos municípios e dos mercados. O modelo dinamarquês de **flexisegurança** - que combina facilidade de contratação e despedimento com robustas redes de protecção social e formação profissional intensiva - é talvez o exemplo mais admirado do mundo. Não é por acaso que nesses países os salários são mais altos, o poder de compra é mais elevado e a qualidade de vida é superior. **É porque construíram um pacto de confiança entre trabalho e o capital.**



Os portugueses não se podem contentar com o fraco desempenho. Merecemos mais. E para isso, não podemos continuar a ser avessos à mudança. **Não podemos continuar a repetir fórmulas do passado esperando resultados diferentes no futuro.**

Por isso, nos dias **1º de Maio**, propomos que **celebrems os direitos conquistados, mas também o futuro que ainda temos de construir.** Um futuro onde a protecção do trabalhador e a liberdade económica não sejam opostos irreconciliáveis, mas dois pilares do mesmo edifício.

A premissa é, e será sempre, simples e verdadeira: **não há organizações autárquicas e empresas sem trabalhadores, mas também não há trabalhadores sem autarquias e empresas.**

Precisamos de um Novo Contrato entre o Trabalho e o Futuro.

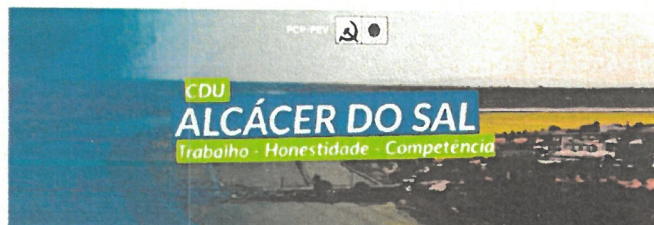
O Partido CHEGA submete à votação a presente moção, com o propósito de prestar homenagem:

- **A todos os trabalhadores do Concelho de Alcácer do Sal** que perante as gravíssimas inundações que afectaram o Concelho no decurso do mês de Fevereiro do presente ano, dedicaram o seu esforço e empenho à recuperação das infra-estruturas rodoviárias, dos sistemas de saneamento público e do tecido comercial e habitacional. A sua intervenção revelou-se determinante para o processo de reconstrução, o qual permanece, ainda, em curso.

*Viva o 25 de Abril, Viva o 25 de Novembro, Viva o 1º de Maio,
Vivam os Trabalhadores
Viva Portugal*

Alcácer do Sal, 29 de Junho de 2026

*A Deputada Municipal do Partido CHEGA
Margarida Gonçalves*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁCER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADA POR
MAIORIA COM 1
ABSTENÇÃO DO DEPUTADO
CESÁRIO SEVERINO DO PS.

Sessão de 29.06.2026
À Mesa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Voto de Saudação pelo Chumbo do Pacote Laboral

Considerando que:

1. Foi chumbado o designado "Pacote Laboral", que consagrava graves retrocessos nos direitos dos trabalhadores e na contratação coletiva;
2. Esta vitória resulta da luta, da unidade e da resistência dos trabalhadores que rejeitam qualquer ataque aos seus direitos;
3. Tal resultado só foi possível graças à mobilização nas ruas, à pressão nas empresas, nos serviços públicos e ao trabalho incansável das estruturas sindicais;
4. Os Trabalhadores da Administração Local tiveram um papel fundamental nesta batalha, estando na linha da frente na defesa dos serviços públicos, da contratação coletiva e da dignidade de milhares de trabalhadores.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2026, delibera:

1. Saudar com firmeza o chumbo do Pacote Laboral, reconhecendo-o como uma vitória da luta dos trabalhadores;
2. Congratular a CGTP e os trabalhadores pelo seu papel determinante na derrota deste ataque aos direitos laborais e aos serviços públicos;
3. Reafirmar que a luta continua, estando os trabalhadores preparados para enfrentar futuros ataques à contratação coletiva e à dignidade no trabalho.

A Assembleia Municipal delibera ainda remeter a presente moção ao Governo e à Assembleia da República.

Alcácer do Sal, 29 de junho de 2026

Os Deputados Municipais da CDU

DECLARAÇÃO DE VOTO

A proposta aprovada pelos eleitos do PS na C.M.A.S. e na assembleia poderá custar mais de 100 mil euros ao orçamento municipal e beneficiará sobretudo as pessoas com maiores rendimentos. Esta opção, a manter-se ao longo do mandato, provocará uma perda de receita de mais 400 mil euros.

Num contexto em que a CMAS está confrontada com pelo menos 80 milhões de prejuízos resultantes das cheias e o Governo atirou apenas migalhas para fazer face à situação, isto significa que com esta opção a CMAS fica ainda mais limitada para os investimentos que importa fazer.

A não utilização da receita de IRS assume um particular significado social e político, quando as desigualdades se aprofundam. Os grandes beneficiários da "devolução do IRS" são justamente, os sujeitos passivos com rendimentos de topo. Nos rendimentos mais baixos a quem se aplica esta medida estamos a falar de uma devolução que pode nem chegar aos 2€ por mês. Já nos rendimentos mais altos já pode ascender a algumas centenas...

Mais de 50% desta "devolução" irá para os 10% com mais rendimentos. Já os 50% com rendimentos mais baixos receberá menos de 5% da receita de IRS perdida.

Esta proposta é uma fraude social: beneficia os que mais têm, isto é, agrava as disparidades sociais. A proposta penaliza, ainda, o orçamento municipal, isto é, diminui a capacidade de intervenção do município na resolução de problemas em áreas fundamentais para a qualidade de vida de TODOS: na habitação municipal, na higiene urbana, nos transportes públicos, nas escolas, na qualificação do espaço público, entre outras áreas.

A CDU defende manter a receita de IRS no orçamento municipal, no mesmo modelo de mandatos anteriores, usando-a a favor de todos e não apenas de uma minoria privilegiada.

29 de junho de 2026

Os eleitos da CDU na Assembleia municipal de Alcácer do Sal

